



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE	
PROCESSO Nº 1980	
04 / 10 / 2011	
RUBRICA	FOLHAS
<i>[assinatura]</i>	

MENSAGEM/570

Rio Grande, 03 de outubro de 2011.

Senhor Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 078, que **ALTERA A REDAÇÃO E ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 7º DA LEI 6.701/2009 E REVOGA A LEI 6.946/2010.**

Justificamos o presente Projeto de Lei tendo em vista que o Ministério Público Estadual entrou com processo de inconstitucionalidade na Lei 6.701/2009 – ADIN 70044702108, justificando que algumas entidades que integram o Pleno do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública, somente poderão integrar no mesmo com a condição de convidados e não como membros.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Respeitosamente,

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

EXMº SR.
VER. PAULO RENATO MATTOS GOMES
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
NESTA



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 078 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

**ALTERA A REDAÇÃO E
ACRESCENTA PARÁGRAFO AO
ART. 7º DA LEI 6.701/2009 E
REVOGA A LEI 6.946/2010.**

Art. 1º Altera o art. 7º da Lei 6.701/2009 e acrescenta parágrafo, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 7º O Pleno do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública será integrado por conselheiros que representem o Poder Público e Organizações não governamentais dos seguintes órgãos e por estes indicados:

- I** – Prefeito Municipal, Coordenador;
- II** – Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;
- III** – Presidente da União Riograndina de Moradores de Bairros – URAB;
- IV** – Secretário Municipal de Cidadania e Assistência Social – SMCAS;
- V** – Secretário Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMSTT;
- VI** – Representante do CONSEPRO.

§ 1º O Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública– GGI-M, assegurará a participação de representantes da magistratura e do Ministério Público, entre outros representantes de órgãos ou entidades.

§ 2º Poderão integrar o Pleno do Gabinete previsto no *caput* deste artigo, na condição de convidados, os representantes dos seguintes órgãos e por estes indicados:

- I** – Comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar;
- II** – Delegado Regional de Polícia – 7ª Região Policial;
- III** – Delegado da Polícia Federal;
- IV** – Diretor da Penitenciária Estadual do Rio Grande;
- V** – OAB – Subseção Rio Grande;
- VI** – Polícia Rodoviária Federal;
- VII** – Polícia Rodoviária Estadual;
- VIII** – Comandante do 3º Comando Regional de Bombeiros (NR)”

Art. 2º Fica revogada revoga a Lei 6.946/2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de outubro de 2011.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:SMF/SMSTT/SMA/CSCI/PJ/CMRG/Publicação



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇOS PÚBLICOS,
INFRA-ESTRUTURA, SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA**

PARECER


PROCESSO..... 1980/11.....


Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara o referido
no:

- ☒ CONSTITUCIONAL
() INCONSTITUCIONAL
() ANTIJURÍDICO
() ANTIREGIMENTAL
() INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

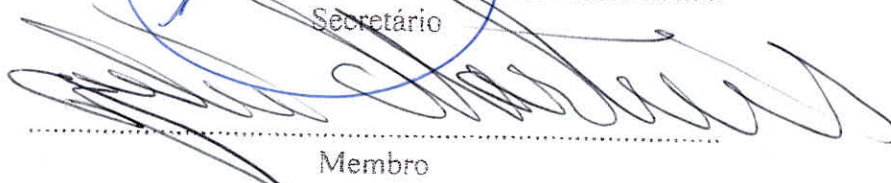
Este é o parecer desta comissão.

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, 10 de outubro de 2011


.....
Presidente


.....
Vice-Presidente


.....
Secretário


.....
Membro



A mais antiga do Estado
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO

Processo nº 19080/11

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a)

Ver. Thiago

- (X) Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.
() Não Requerido o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.

Deliberou a Comissão de:

- (X) Enviar ao Consultor Jurídico.
() Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 5 de 10 de 2011

[Assinatura]
Presidente da Comissão

PARECER JURÍDICO

19080/11

- () Em anexo
(X) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 5 de 10 de 2011

[Assinatura]
Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a):

- () Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.
() Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.
() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 10 de outubro de 2011

[Assinatura]
Relator(a)



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI

**ALTERA A REDAÇÃO E
ACRESCENTA PARÁGRAFO AO
ART. 7º DA LEI 6.701/2009 E
REVOGA A LEI 6.946/2010.**

Art. 1º Altera o art. 7º da Lei 6.701/2009 e acrescenta parágrafo, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 7º O Pleno do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública será integrado por conselheiros que representem o Poder Público e Organizações não governamentais dos seguintes órgãos e por estes indicados:

- I** – Prefeito Municipal, Coordenador;
- II** – Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;
- III** – Presidente da União Riograndina de Moradores de Bairros – URAB;
- IV** – Secretário Municipal de Cidadania e Assistência Social – SMCAS;
- V** – Secretário Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMSTT;
- VI** – Representante do CONSEPRO.

§ 1º O Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública– GGI-M, assegurará a participação de representantes da magistratura e do Ministério Público, entre outros representantes de órgãos ou entidades.

§ 2º Poderão integrar o Pleno do Gabinete previsto no *caput* deste artigo, na condição de convidados, os representantes dos seguintes órgãos e por estes indicados:

- I** – Comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar;
- II** – Delegado Regional de Polícia – 7º Região Policial;
- III** – Delegado da Polícia Federal;
- IV** – Diretor da Penitenciária Estadual do Rio Grande;
- V** – OAB – Subseção Rio Grande;
- VI** – Polícia Rodoviária Federal;
- VII** – Polícia Rodoviária Estadual;
- VIII** – Comandante do 3º Comando Regional de Bombeiros (NR)”

Art. 2º Fica revogada a Lei 6.946/2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 7.111, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011.

**ALTERA A REDAÇÃO E
ACRESCENTA PARÁGRAFO AO
ART. 7º DA LEI 6.701/2009 E
REVOGA A LEI 6.946/2010.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o art. 7º da Lei 6.701/2009 e acrescenta parágrafo, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 7º O Pleno do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública será integrado por conselheiros que representem o Poder Público e Organizações não governamentais dos seguintes órgãos e por estes indicados:

- I – Prefeito Municipal, Coordenador;
- II – Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;
- III – Presidente da União Riograndina de Moradores de Bairros – URAB;
- IV – Secretário Municipal de Cidadania e Assistência Social – SMCAS;
- V – Secretário Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMSTT;
- VI – Representante do CONSEPRO.

§ 1º O Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública– GGI-M, assegurará a participação de representantes da magistratura e do Ministério Público, entre outros representantes de órgãos ou entidades.

§ 2º Poderão integrar o Pleno do Gabinete previsto no *caput* deste artigo, na condição de convidados, os representantes dos seguintes órgãos e por estes indicados:

- I – Comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar;
- II – Delegado Regional de Polícia – 7ª Região Policial;
- III – Delegado da Polícia Federal;
- IV – Diretor da Penitenciária Estadual do Rio Grande;
- V – OAB – Subseção Rio Grande;
- VI – Polícia Rodoviária Federal;
- VII – Polícia Rodoviária Estadual;
- VIII – Comandante do 3º Comando Regional de Bombeiros (NR)”

Art. 2º Fica revogada a Lei 6.946/2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de outubro de 2011.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:SMF/SMSTT/CSCI/PJ/CMRG/Publicação

ATA Nº 8736

PROCESSO Nº 1980/11

VOTAÇÃO NOMINAL

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	PAULO RENATO MATTOS GOMES	—		
2	THIAGO PIRES GONÇALVES	—		
3	JOSÉ ANTONIO DA SILVA-REPOLHINHO	—		
4	WILSON BATISTA DUARTE SILVA-	—		
5	GIOVANI BASTOS MORALLES	✓		
6	ÂNGELO FERNANDO SILVA RIBEIRO	✓		
7	AUGUSTO CESAR MARTINS DE OLIVEIRA	✓		
8	CARLOS FIALHO MATTOS	✓		
9	CLAÚDIO JOSE CARDOSO COSTA	—		
10	CHARLES SARAIVA	✓		
11	JÚLIO CÉZAR JORGE MARTINS	—		
12	LUIZ FRANCISCO SPOTORNO	✓		
13	RENATO ESPÍNDOLA ALBUQUERQUE	✓		
	RESULTADO: <i>aprovado</i>	07		

DATA: 10.10.11

SECRETÁRIO